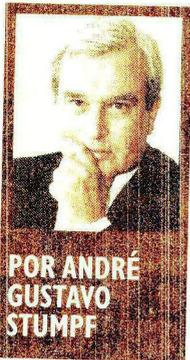


18 MAI 2001

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA-DF



POR ANDRÉ
GUSTAVO
STUMPF

stumpf@cbdata.com.br

A VOTAÇÃO SECRETA DARIA ALGUMA CHANCE AOS SENADORES ACUSADOS. O VOTO ABERTO REDUZ A MARGEM DE MANOBRAS E ABRE A PORTA PARA A PRESSÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Em busca dos nervos de aço

SENADO
FEDERAL

O senador Antonio Carlos Magalhães não estará sendo julgado, na próxima quarta-feira, pela violação do painel eletrônico do Senado. O episódio concedeu apenas o motivo para que toda a vida política, ou o conjunto da obra, do líder baiano estivesse sob avaliação da opinião pública e seus colegas. A análise é de um senador muito bem situado e usualmente muito informado.

Nesta moldura, José Roberto Arruda está ligado a ACM. Protege-se sob a sombra do baiano. Mas afundará junto se seu colega de infortúnio for punido. O clima no Senado era o de buscar a solução para aplicar a pena de suspensão temporária do mandato aos dois. O propósito inicial era este. Mas, como diz o senador Jader Barbalho, o fato político ganha pés e perde a cabeça. A situação tornou-se inadministrável na medida em que o Conselho admitiu o voto aberto.

A votação do relatório Saturnino Braga no Conselho de Ética, na próxima quarta-feira, dará a medida das possibilidades de salvação de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. O voto aberto modifica o resultado contra os acusados e indica o grau de dificuldade a que estão submetidos para continuar na política. O caminho está aberto para a renúncia.

O relatório do senador carioca incorreu em pecado processual. Não deveria ter tipificado o crime, porque, na verdade, tratava-se de uma investigação preliminar. Mas houve a fixação do delito e a pena correspondente. Se o Conselho adotar estas conclusões como suas, o documento irá para a Mesa do Senado, onde serão examinados apenas aspectos formais. Não haverá exame de mérito.

Isso significa que a tramitação na Mesa será rapidíssima. Coisa de, no máximo, dois dias. Em seguida, será instaurado o processo que terá como peça fundamental o relatório de Roberto Saturnino Braga, além de todos os depoimentos e provas apresentados ao longo da apuração. Os dois senadores acusados de violarem o painel praticamente terão a oportunidade de apenas juntar alegações finais. Haverá nova votação, desta vez secreta, e o processo irá para a Comissão de Constituição e Justiça.

No plenário, com votação fechada, os dois senadores têm a melhor chance de escapar da punição máxima. O problema é arriscar tudo para chegar naquele recinto e perder. Quem tiver nervos de aço pode tentar modificar a situação naquele teatro. Mas, até lá o Conselho de Ética terá renovado a decisão de cassar. A situação está muito próxima da perda do mandato dos dois ou da renúncia, que só pode ocorrer antes do início do processo.

A Mesa do Senado não pode modificar a tipificação do delito. Seus integrantes apenas examinam questões formais. Não entram no mérito. Portanto, é possível imaginar que o processo estará sendo instaurado em torno do dia 25 de maio, sexta-feira próxima. Esta é a data limite para a renúncia. A partir daí, mesmo que deixe o mandato, o senador continuará a responder pelo fato delituoso. Os próximos dias vão mostrar quem conseguirá suportar a pressão da opinião pública e tentar reverter no plenário o que tiver sido decidido nas comissões.

Os números da votação da próxima quarta-feira vão demonstrar o tamanho do estrago. De certa forma, vão antecipar o desgaste de Arruda e ACM junto a seus próprios colegas. A partir deste momento, eles terão todos os dados para decidir se abandonam o Senado, sem sofrer as sanções, ou insistem na defesa dos respectivos mandatos. A próxima reunião do Conselho de Ética será, na verdade, decisiva.

